



248



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: **0183322-9/01**

Embargante: **Banco do Brasil S/A**

Embargada: **Cândido José da Silva Neto**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Acórdão

5420
Caruena

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERPOSIÇÃO COM FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. OBRIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA INDEPENDENTEMENTE DE TEREM SIDO OPORTUNIZADOS ANTERIORMENTE. PRECEDENTES DO STJ E DESTES TJPE. Pretensão recursal fundamentada em renovação de matéria de mérito. Impossibilidade. Conhecimento de todos os aspectos suscitado na peça recursal. Desnecessidade. Suficiência àqueles bastantes à formação de sua convicção acerca da matéria. Recurso conhecido apenas para fins de prequestionamento, contudo, negado provimento. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível deste TJPE, à unanimidade de votos, em conhecer dos Embargos de Declaração apenas para fins de prequestionamento, contudo, negar provimento aos mesmos, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 20 de dezembro de 2009


Des. Eurico de Barros Correia Filho
Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº **183322-9/01 - Recife**

Embargante: **Banco do Brasil S/A**

Embargado: **Cândido José da Silva Neto**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Relatório

Banco do Brasil S/A interpôs Embargos de Declaração em face da decisão terminativa proferido nos autos da Apelação Cível em apenso - que negou seguimento ao referido apelo, com base art. 557 *caput* do CPC.

Alega o banco embargante, em apertada síntese, que os presentes aclaratórios possuem efeito prequestionador.

Ademais, informa a parte embargante que tanto nas razões da contestação como nas razões recursais do apelo em apenso, foi demonstrado que nenhuma prova foi produzida pelo embargado para confirmar que o mesmo era titular de caderneta de poupança, razão pela qual deveria ser aplicadas as regras do CDC no que tange a inversão do ônus probatório.

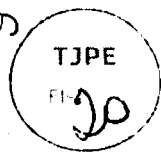
Ressaltando o caráter de prequestionamento dos aclaratórios, o embargante pugnou pelo conhecimento e provimento dos embargos opostos.

É o relatório.

Recife, 12 de dezembro de 2009.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

249



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 183322-9/01

Embargante: **Banco do Brasil S/A**

Embargado: **Cândido José da Silva Neto**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Voto

Ao analisar os autos, observo que inexistente no acórdão recorrido quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, capaz de ensejar o acolhimento do pedido formulado na inicial dos presentes aclaratórios.

Neste aspecto, registro que pretende o embargante renovar, em sede de embargos de declaração, matéria evidentemente de mérito.

Para tanto, o colendo Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento no sentido de que *"as circunstâncias de os documentos (extratos bancários) estarem periodicamente à disposição dos clientes não desonera a instituição financeira de exibir a documentação pleiteada pela parte demandante, oportunizando informações suficientes, adequadas e verazes a respeito dos contratos entabulados"*.

Assim sendo, a análise de existência de vínculo negocial havido entre as partes ou da configuração dos requisitos que ensejaram por parte do Juízo *a quo* a determinação de inversão do ônus da prova, efetivamente não se enquadram nas hipóteses permissivas da estrita via recursal em análise.

Ademais, é de sabença geral que o magistrado não está obrigado a apreciar todos os argumentos desfiados pela parte em seu recurso, sendo suficiente, para tanto, que se atenha àqueles bastantes à formação de sua convicção acerca da matéria.

Esse é o entendimento pacífico desta Corte de Justiça e do STJ:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTENÇÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. 1. A função dos embargos é tão-somente integrativa, no sentido de afastar omissão, contradição ou obscuridade, na forma do art. 535 do Código de Processo Civil. Não estando presente qualquer desses vícios, como na hipótese em exame, não há como acolher o presente recurso, haja vista não serem os declaratórios via adequada para buscar o reexame de questões sobre as quais já houve manifestação do órgão julgador. 2. Quanto ao art. 102, § 2º, da Constituição Federal, ressalte-se que não é da competência do Superior Tribunal de Justiça analisar eventual contrariedade a dispositivos ou

princípios constitucionais, atribuição reservada ao Supremo Tribunal Federal, como guardião da Lei Maior. 3. **Embargos declaratórios rejeitados.**" (EDCL no AGRG nos ERESP 545.773/RS, STJ, Primeira Seção, unânime, Rel. Ministra Denise Arruda, DJU 07/05/2007)

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 7 E 211/STJ E 282/STF. 1. Ao Juiz cabe apreciar a lide de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a analisar todos os pontos suscitados. 2. A ausência de prequestionamento, malgrado a oposição de embargos de declaração, atrai o óbice das Súmulas 211/STJ e 282/STF. 3. O revolvimento das provas não se viabiliza na via do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. 4. Recurso especial improvido." (RESP 545.773/RN, STJ, Segunda Turma, unânime, Rel. Ministro Castro Meira, DJU 23/03/2007)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. SEU IMPROVIMENTO. 1. O limite funcional do tribunal no julgamento de embargos de declaração está delineado no art. 535 do CPC, qual seja, aclarar obscuridades, contradições, omissões e/ou erro material, com função meramente integradora. 2. A revisitação meritória da decisão originária está restrita ao recurso adequado e oportuno. 3. A base decisória fundou-se no princípio da isonomia. 4. Prequestionamento quanto à alegada negativa de vigência ao disposto no art. 39 da CF e Lei Estadual nº 10.748/92 que se verifica. 5. Aclaratórios à unanimidade improvidos." (EDCL 76246-1/01, TJPE, Oitava Câmara Cível, unânime, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, DJU 07/05/2007).

Em verdade, o acórdão embargado esgotou a matéria objeto da lide, tendo havido o devido enfrentamento de todos os pontos necessários ao convencimento do órgão julgador.

Tal circunstância pode ser configurada em vista do teor da ementa do acórdão recorrido, bem como em virtude do fato de que o embargante não expôs na peça inicial qualquer fato novo, modificativo ou extintivo de direito, capaz de ensejar a reforma pretendida.

Posto isto, conheço dos aclaratórios para fins prequestionadores, contudo, **nego provimento** ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator